

Procedimento Preliminar Prévio - 149/2018**Tramitação: 330/2018****Requerente: Adriana Maria de Lima Santana, Interina da Serventia do Registro Civil de Pessoas Naturais de Jaboatão dos Guararapes.****Requerida: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco****Decisão**

Trata-se de solicitação para que a Serventia do Registro Civil de Pessoas Naturais de Jaboatão dos Guararapes seja autorizada a praticar atos notariais de menor complexidade, tendo em vista a ausência de serventia notarial na região central do referido município.

De acordo com o opinativo apresentado, a autorização para prática de atos notariais por uma Serventia de Registro Civil de Pessoas Naturais é ato excepcional e precário, tendo em vista que o conjunto de legislações pertinentes à matéria, objetiva, sempre que possível, a divisão dos serviços de modo a tornar as serventias cada vez mais especializadas.

Contudo, no município em epígrafe restou-se comprovada a ausência de Serventia Notarial na referida região, isto porque todas as serventias notariais se encontram localizadas, praticamente, dentro de uma mesma região do município de Jaboatão dos Guararapes.

Observou-se, também, que para os fins da legislação orgânica municipal, a Serventia do Registro Civil de Pessoas Naturais de Jaboatão dos Guararapes não estaria localizada na sede administrativa do referido município.

Nessa toada, acolho o Parecer confeccionado pelo Corregedor Auxiliar do Extrajudicial do Interior, Dr. Janduhy Finizola da Cunha Filho, para o fim de autorizar a requerente a praticar os atos notariais consubstanciados em lavratura de procurações, reconhecimento de firmas, autenticações e lavratura de escrituras relativas a alienação de imóveis situados na região central de Jaboatão dos Guararapes e de valor fiscal não superior a vinte vezes o salário mínimo vigente, tudo conforme o disposto no Provimento 06/2010 e no e no Parecer nº 016/2009, ambos da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco.

Outrossim, adverte-se a requerente que esta autorização é concedida em caráter excepcional e precário, vigorando até ulterior deliberação.

Determina-se, ainda, que a equipe de inspeção da Corregedoria Auxiliar do Extrajudicial do Interior proceda a uma verificação "in loco", no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Decisão, com o fito de observar se a estrutura física da serventia cumpre os ditames da legislação de regência, sob pena de ser revogada a presente autorização.

Por fim, resta determinar ao núcleo gestor do SICASE que proceda com as alterações necessárias no sistema, de modo a permitir que a requerente realize os atos notarias acima referidos.

Expeça-se provimento atinente à Decisão em apreço, o qual deverá ser aprovado, ad referendum, pelo órgão especial.

Recife, 09/04/2018.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**Corregedor Geral da Justiça****Procedimento Preliminar Prévio nº 109/2018/CGJ (Protocolo de Tramitação nº 00290/2018)****Reclamante:** (...)**Reclamado:** (...)**Interessado:** (...)**Interessado:** (...)**Interessado:** (...)**Assunto:** (...)**DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO**

Trata-se de pedido de providências apresentado pela Ouvidoria Judiciária, oriundo de reclamação feita neste Órgão por (...), o qual relata suposta morosidade na condução do processo nº (...), que tramita no (...) da (...).

Instada a se manifestar, esclareceu a Juíza, no essencial, que:

"Em relação à defesa relativa ao Procedimento Preliminar Prévio nº (...), relativo ao Processo nº (...), venho informar que ficou à disposição do (...), em consonância com a documentação constante no sistema PJE (documento 01), tendo sido efetuado o voto e posteriormente o acórdão em 04/08/2016, com a devida votação dos demais juízes que compõem a (...), conforme cópia do acórdão em anexo (documentos 02 e 03).